



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



2011

Copyright © 2011 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das fotos: Secom/Divulgação, Petrobrás/Divulgação, Casa Civil/Divulgação, Arquivo MDA, MDS, MD e MMA/Divulgação

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidenta (2011-: D. V. Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2011: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2011.

412p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2011. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil. 5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico -

Brasil. I. Rouseff, Dilma, 1947-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antônio Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Wagner Rossi

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministra de Estado da Cultura

Ana de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Aloízio Mercadante

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva

Ministro de Estado do Turismo
Pedro Novais

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Afonso Florence

Ministro de Estado das Cidades
Mário Negromonte

Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura
Ideli Salvatti

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Antônio Palocci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Luiz Sérgio Oliveira

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Moreira Franco

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Bairros

Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Irinny Lopes

Secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário

Secretário de Portos da Presidência da República
Leônidas Cristino

Sumário

Apresentação, 10

I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

1. Política de Desenvolvimento Produtivo, 27
 - a) Programas para o Fortalecimento da Competitividade, 28
 - b) Programas para Consolidar e Expandir a Liderança, 29
 - c) Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas, 31
 - d) Programa Destaques Estratégicos, 32
 - e) Comércio Exterior, 33
 - f) Inovação Tecnológica, 38
 - g) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, 39
 - h) Propriedade Industrial, 41
 - i) Comércio e Serviços, 43
 - j) Microempresas e Artesanato Brasileiro, 44
 - k) Desenvolvimento Regional da Amazônia, 45
2. Agronegócio, 47
 - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização, 48
 - a.1) Crédito Rural, 48
 - a.2) Apoio à Comercialização, 48
 - a.3) Apoio à Cafeicultura, 49
 - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos, 50
 - b.1) Zoneamento Agroclimático, 50
 - b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, 51
 - c) Defesa Agropecuária, 52
 - c.1) Ações de Saúde Animal, 52
 - c.2) Sanidade Vegetal, 53
 - c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários, 54
 - c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional, 55
 - c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, 55
 - d) Fomento e Organização da Produção, 55
 - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio, 56
 - e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais, 56
 - e.2) Promoção Comercial do Agronegócio, 56
 - e.3) Designação dos Adidos Agrícolas, 57
 - e.4) Desempenho Exportador do Agronegócio, 57
 - f) Pesquisa Agropecuária, 58
 - g) Agroenergia, 60
3. Turismo, 61
 - a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo e Normatização, 61
 - b) Infraestrutura Turística, 62
 - c) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos, 62
 - d) Regionalização e Ordenamento Turístico, 63
 - e) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 63
 - f) Promoção Internacional do Turismo Brasileiro, 64
 - g) Qualificação e Certificação em Turismo, 65
 - h) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC), 66
 - i) Produção Associada ao Turismo, 66
 - j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), 66
 - k) Ecoturismo, 67
4. Trabalho e Emprego, 67
 - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 67
 - b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda, 68
 - c) Valorização do Salário Mínimo, 70
 - d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores, 70
 - e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho, 74
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social, 75
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 78
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 79
 - a) Crédito, 79
 - b) Fomento aos Investimentos, 80
 - c) Acesso a Serviços Bancários, 80
 - c.1) Contas Correntes Simplificadas, 80
 - c.2) Crédito Consignado, para Aposentados e Pensionistas do INSS, 81
 - c.3) Banco Postal, 81
 - d) Microcréditos e Microfinanças, 81
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 82
 - a) Acesso ao Crédito, 83
 - b) Infraestrutura Pesqueira, 83
 - c) Formação Profissional, Pesquisa e Desenvolvimento e Assistência Técnica, 83
 - d) Aquicultura, 84
 - e) Monitoramento, Controle e Gestão Participativa, 84
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 85
 - a) Agricultura Familiar, 85
 - a.1) Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 85
 - a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), 86
 - a.3) Garantia-Safra, 87
 - a.4) Apoio à Comercialização, 88
 - a.5) Biodiesel e Agricultura Familiar, 88

- a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, 89
- a.7) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 89
- a.8) Programa Arca das Letras, 90
- a.9) Políticas para as Mulheres Rurais, 91
- a.10) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 93
- a.11) Programa Territórios da Cidadania, 93
- b) Reforma Agrária, 95
 - b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária, 95
 - b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos, 95
 - b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 96
 - b.4) Regularização Fundiária, 97
- 8. Desenvolvimento Regional, 99
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 99
 - b) Infraestrutura Hídrica, 101
 - c) Defesa Civil, 103
- 9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 104
 - a) Mudança do Clima, 104
 - a.1) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima, 105
 - a.2) Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima, 105
 - b) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas, 106
 - c) Resíduos Sólidos Urbanos, 107
 - d) Recursos Hídricos, 108
 - d.1) Revisão e Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos, 109
 - d.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos, 109
 - d.3) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), 110
 - d.4) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, 110
 - d.5) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 110
 - d.6) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, 111
 - d.7) Pré-Conferência Nacional de Águas – Pré-CONÁGUAS, 111
 - e) Licenciamento Ambiental, 111
 - f) Zoneamento Ecológico-Econômico, 112
 - g) Gerenciamento Costeiro, 113
 - h) Gestão Ambiental Rural, 113
 - i) Povos e Comunidades Tradicionais, 114
 - j) Concessões Florestais, 114
 - k) Sistema Nacional de Informações Florestais e Inventário Florestal Nacional, 115
 - l) Manejo Florestal Comunitário, 115
 - m) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, 115
 - n) Esfera Internacional, 116
 - o) Unidades de Conservação, 116
 - p) Pesquisa em Biodiversidade, 117
- 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 118
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 120
 - a.1) Formação de Recursos Humanos, 120
 - a.2) Infraestrutura e Fomento à Pesquisa, 120
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 123
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 125
 - c.1) Mar e Antártica, 127
 - c.2) Defesa Nacional, 128
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 129

III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

- 1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional, 135
 - a) Redução das Desigualdades, 135
 - b) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional, 137
 - b.1) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família, 137
 - b.2) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres, 139
 - b.3) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais, 141
 - b.4) Segurança Alimentar e Nutricional, 145
- 2. Juventude, 148
- 3. Educação, 149
 - a) Educação Básica, 149
 - b) Educação Superior, 153
 - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 156
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 156
 - e) Educação e Diversidade, 157
 - f) Cooperação Internacional, 159
 - g) Financiamento da Educação, 159
 - h) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 161
 - i) Indicadores e Avaliações, 161
 - j) Ações Integradas, 162
- 4. Saúde, 164
 - a) Atenção Básica, 165
 - a.1) Saúde da Família, 165
 - a.2) Saúde Bucal, 165
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 166
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 166
 - a.5) Saúde no Sistema Penitenciário, 167
 - a.6) Saúde Mental, 167
 - a.7) Saúde da Mulher, 168
 - a.8) Saúde da Criança, 168
 - a.9) Saúde de Adolescentes e Jovens, 169
 - a.10) Saúde da Pessoa com Deficiência, 169
 - a.11) Saúde do Idoso, 170

- a.12) Saúde do Homem, 170
- b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 171
 - b.1) Saúde Auditiva, 171
 - b.2) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, 171
 - b.3) Hospitais de Ensino, 171
 - b.4) Hospitais Filantrópicos, 172
 - b.5) Terapia Intensiva, 172
 - b.6) Atenção às Urgências e às Emergências, 172
 - b.7) Transplantes, 172
 - b.8) Assistência Cardiovascular, 173
 - b.9) Sangue e Hemoderivados, 173
 - b.10) Política Nacional de Atenção Oncológica, 174
- c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, 174
- d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, 175
- e) Assistência Farmacêutica, 176
- f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 177
- g) Vigilância Sanitária, 178
- h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde, 179
- i) Saúde Indígena, 180
- j) Gestão Descentralizada e por Resultados, 180
- k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria, 181
- l) Saúde Suplementar, 182
- 5. Políticas Afirmativas, 183
 - a) Igualdade Racial, 183
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 185
 - b) Igualdade de Gênero, 186
 - b.1) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 186
 - b.2) Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 186
 - b.3) Educação e Cultura, 188
 - b.4) Trabalho, 189
 - b.5) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 190
 - b.6) Participação e Controle Social, 190
 - b.7) Estudos e Pesquisas, 190
 - b.8) Iniciativas no Plano Legislativo, 191
 - b.9) Articulação Internacional, 191
 - c) Promoção e Proteção dos Povos Indígenas, 192
- 6. Direitos Humanos, 193
 - a) Temas Estruturantes, 193
 - b) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, 194
 - c) Inclusão de Pessoas com Deficiência, 195
 - d) Crianças e Adolescentes, 196
 - e) Grupos e Temas Especiais, 198
 - f) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos, 198
 - g) Atuação Internacional, 199
 - h) Pauta Legislativa, 200
- 7. Previdência Social, 200
 - a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 201
 - a.1) Inclusão Social, 201
 - a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária, 202
 - a.3) Saúde do Trabalhador, 202
 - a.4) Atendimento ao Cidadão, 202
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 203
 - c) Relações Internacionais da Previdência Social, 204
 - d) Previdência Complementar, 205
- 8. Cultura, 206
- 9. Esporte, 210
 - a) Programa Segundo Tempo, 210
 - b) Programa Esporte e Lazer da Cidade, 211
 - c) Programa Inclusão Social pelo Esporte, 211
 - d) Infraestrutura Esportiva, 211
 - e) Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento, 212
 - f) Prevenção à Violência nos Estádios, 213
 - g) Preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, 213
 - h) Jogos Mundiais Militares, 213
 - i) Lei de Incentivo ao Esporte, 214
 - j) Participação Social, 214
- 10. Programa Luz para Todos (LPT), 215
- 11. Inclusão Digital, 215
 - a) Banda Larga - GESAC, 215
 - b) Telecentros, 216
 - c) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), 216
- 12. Justiça e Segurança Pública, 217
 - a) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), 217
 - b) Sistema Único de Segurança Pública (Susp), 218
 - c) Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), 219
 - d) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), 219
 - e) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública, 219
 - f) Combate à Criminalidade, 220
 - g) Sistema Penitenciário Federal, 222
 - h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 223
 - i) Direitos Difusos, 224
 - j) Defensoria Pública Geral da União (DPU), 224
 - k) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso a Justiça, 225
 - l) Assuntos Legislativos, 226
 - m) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional, 227

- n) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 227
 - o) Combate à Pirataria, 227
 - p) Anistia Política, 228
13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 229

IV - INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

- 1. Energia, 233
 - a) Energia Elétrica, 233
 - a.1) Geração e Transmissão, 234
 - a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 234
 - a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 236
 - a.4) Planejamento do Setor Elétrico, 236
 - a.5) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), 236
 - a.6) Eficiência Energética, 236
 - a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 237
 - a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico, 237
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 238
 - b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás, 239
 - b.2) Contrato de Cessão Onerosa, 239
 - b.3) Rodadas de Licitações de Blocos, 240
 - b.4) Refino e Petroquímica, 240
 - b.5) Mercado de Gás Natural, 241
 - b.6) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural, 241
 - b.7) Hidrogênio, 242
 - b.8) Biocombustíveis, 242
 - b.9) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, 245
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 247
- 2. Transportes, 248
 - a) Transporte Rodoviário, 248
 - a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação e Restauração, 248
 - a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal), 249
 - a.3) Controle de Velocidade, 249
 - a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Paisagem, 249
 - a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação, 249
 - a.6) Concessões Rodoviárias, 252
 - a.7) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, 252
 - a.8) Transporte Rodoviário de Cargas, 253
 - b) Transporte Ferroviário, 253
 - b.1) Expansão da Malha Ferroviária, 253
 - b.2) Adequação e Melhoria da Malha Ferroviária, 255
 - b.3) Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer), 255
 - b.4) Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade (TAV), 255
 - c) Transporte Hidroviário, 255
 - d) Fomento à Indústria Naval, 256
 - e) Infraestrutura Portuária, 256
- 3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária, 259
- 4. Comunicações, 263
 - a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 263
 - b) Avanços na Regulação, 264
 - c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital, 264
 - d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações, 265
 - e) Serviços Postais, 265
 - e.1) Universalização dos Serviços Postais, 265
 - e.2) Exportação por Remessas Postais, 266
 - e.3) Atuação no Âmbito Internacional, 266
 - e.4) Inovações dos serviços, 266
 - f) Radiodifusão, 266
 - f.1) Radiodifusão Comunitária, 266
 - f.2) Demais Serviços de Radiodifusão, 266
 - f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora, 267
- 5. Saneamento, 267
- 6. Habitação, 273
 - a) Política Nacional de Habitação, 273
 - b) PAC - Habitação, 274
 - b.1) Transferências Obrigatórias ao Setor Público, 274
 - b.2) Financiamento ao Setor Público, 275
 - b.3) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), 276
 - b.4) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, 277
 - b.5) Qualidade e Produtividade, 277
 - b.6) Perspectivas para 2011, 278
- 7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana, 279
- 8. Mobilidade Urbana, 281
 - a) Transporte Metroferroviário, 282
- 9. Trânsito, 284

V - SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

- 1. Política Externa, 289
 - a) Cooperação Técnica, 293
 - b) Negociações Econômico-Comerciais, 294
 - c) Comunidades Brasileiras no Exterior, 294
- 2. Soberania, 295
 - a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) e outras Missões de Paz, 298
 - b) Operações Combinadas e Conjuntas, 298

VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

- 1. Informação ao Cidadão, 307
- 2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 309
- 3. Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo, 310

- 4. Relações Institucionais, 315
 - a) Articulação com o Poder Legislativo, 315
 - b) Articulação Federativa, 317

VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

- 1. Eficiência na aplicação dos Recursos Públicos, 323
 - a) Arrecadação Tributária Federal, 325
 - b) Resultado Fiscal, 325
 - c) Administração da Dívida Pública, 326
 - d) Fortalecimento do Investimento Público, 326
 - e) Apoio aos Estados e Municípios, 327
 - f) Dívida Ativa da União, 327
 - g) Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), 328
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 328
- 3. Transparência na Administração e Controle Social, 329
- 4. Produção e Disseminação de Informações, 331
- 5. Valorização dos Servidores, 332
- 6. Gestão, 334
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 334
 - a.1) Planejamento de Longo Prazo, 336
 - b) Gestão do Patrimônio da União, 337
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional em Regulação, 338
 - c.1) Projeto “Melhor Regulação: Reduzindo a Sobrecarga Regulatória nos Negócios”, 339
 - d) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional, 340
 - e) Regulação de Mercados, 341
 - f) Fortalecimento da Estrutura de Regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 341
 - g) Mercado de Seguro e Resseguro, 342
- 7. Combate à Corrupção, 342
 - a) Ações de Prevenção, 342
 - b) Controle Interno, 344
 - c) Medidas Corretivas, 346
 - d) Ações de Capacitação, 347
 - e) Ações de Ouvidoria, 348
 - f) Combate à Lavagem de Dinheiro, 349
 - g) Combate aos Crimes contra a Previdência Social, 350
- 8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União, 350

ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO)

Senhoras e Senhores Parlamentares,

É com muita honra que encaminho, pela primeira vez neste mandato que me foi concedido pelo povo, esta Mensagem por ocasião da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Trata-se de uma oportunidade ímpar para detalhar nossos planos com vistas ao exercício que se inicia e reafirmar nosso compromisso com o diálogo e com a relação independente e harmoniosa entre os Poderes da República.

O Brasil vive o mais longo período de estabilidade democrática de sua história republicana. A transição democrática, a Constituição de 1988 e as sucessivas eleições livres fortaleceram e aprimoraram as nossas instituições. O povo brasileiro conquistou um ambiente de liberdade e participação efetiva na elaboração de políticas públicas e na condução dos rumos do País.

É nosso dever consolidar e ampliar esta vivência democrática. É ela, afinal, que possibilita, avaliza e garante o amplo processo de transformações vivido por nosso País nos últimos anos. A democracia nos abriu um horizonte mais promissor de justiça social, redução das desigualdades sob todas as suas formas e consolidação de nosso desenvolvimento econômico e social.

Uma democracia ampla exige atitudes, impõe responsabilidades e cobra dos seus governantes compromissos em relação a todos os cidadãos, independentemente de gênero, idade, credo ou raça. Para que a democracia seja exercida plenamente por todos, todos precisam ter oportunidades reais de crescimento pessoal, todos precisam ter assegurados – não apenas na letra da lei, mas no dia a dia – os seus direitos básicos de alimentação, moradia, emprego digno, educação de qualidade, acesso à saúde e cultura.

O nosso Governo, este Parlamento, as instituições do Estado de Direito, a sociedade em geral têm a responsabilidade de ampliar e aprofundar a democracia, começando por aquela que é nossa missão mais básica: erradicar a pobreza extrema do País.

O Brasil não pode aceitar mais que milhares de pessoas continuem vivendo na miséria, que não tenham alimentação suficiente, que não tenham um teto para viver. É vergonhoso que, em um país capaz de produzir no ano passado 149,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, ainda haja cidadãos que passem fome. Esta não é uma missão que se restringe a nosso Governo. É uma missão de todos os brasileiros. Porque, para ser verdadeiramente democrático, o Brasil precisa criar oportunidades para todos.

Lutarei, firme e decididamente, para acabar com a miséria em nosso País. Conto com o apoio e a dedicação das senhoras e dos senhores parlamentares, representantes legítimos do povo, nesta luta histórica.

A superação da pobreza extrema e a ampliação das oportunidades para todos os brasileiros não constituem ato voluntarista, mas sim a consequência natural de uma política macroeconômica consistente, capaz de gerar um longo ciclo de crescimento sustentado.

O crescimento econômico – combinado com uma ampla rede de proteção social – possibilitou nos últimos oito anos que 27 milhões e 900 mil brasileiros obtivessem uma renda maior e ultrapassassem a linha da pobreza. A manutenção de uma política macroeconômica compatível com o equilíbrio fiscal – com ações firmes de controle à inflação e rigor no uso do dinheiro do contribuinte – será um dos pilares fundamentais do nosso Governo.

Manteremos a estabilidade econômica como valor absoluto. Reafirmo que não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que a inflação volte a corroer nosso tecido econômico e a penalizar os mais pobres.

Vivemos hoje um momento inédito na história do País, em que o número de trabalhadores formais superou o de trabalhadores



informais. Entre 2003 e 2010, foram criados 15 milhões de empregos. A adoção da política de valorização do salário mínimo permitiu que este alcançasse o maior nível dos últimos 40 anos, beneficiando diretamente trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

No entanto, é preciso ir ainda mais longe, superando o quadro atual e instituindo regras estáveis, de longo prazo, que permitam a continuidade dessa política. Para tanto, encaminharei ao Congresso Nacional proposta de política de longo prazo de reajuste do salário mínimo, conforme estabelece a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

A manutenção de regras estáveis que permitam ao salário mínimo recuperar o seu poder de compra é um pacto deste Governo com os trabalhadores. Asseguradas as regras propostas, os salários dos trabalhadores terão ganhos reais sobre a inflação e serão compatíveis com a capacidade financeira do Estado.

Estado este para o qual a grande massa da população dirige seus anseios e do qual cobra respostas a suas demandas. União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem estar em condições de responder a essas necessidades com crescente presteza e qualidade.

Adotaremos, para este fim, ações efetivas e integradas com todos os entes da Federação, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, atendendo às justas aspirações do povo brasileiro.

Conclamo as senhoras e os senhores representantes do Poder Legislativo, governadores e prefeitos a se reunirem em torno de um pacto de avanço social neste País. Uma parceria sólida que acabe com a miséria, que amplie e melhore o acesso à saúde e educação, que garanta a segurança e que proporcione às brasileiras e aos brasileiros oportunidades reais de crescimento social.

Este pacto pode ter como símbolo o esforço deste Governo – e, tenho certeza, das senhoras e dos senhores também – para que nunca mais se repita a tragédia das chuvas que roubaram centenas de vidas e destroçaram os sonhos de milhares de famílias na Região Sudeste neste início de ano.

Nenhum país é imune aos riscos de tragédias naturais. Mas, no Brasil, não podemos – e não iremos – esperar o próximo ano, as próximas chuvas para chorar as próximas vítimas.

Determinei junto aos ministros responsáveis, a implantação de um sistema nacional de prevenção e alerta de desastres naturais. A partir da conjugação de dados meteorológicos e geofísicos será possível alertar para que as populações sejam retiradas das áreas de risco.

Durante décadas, criou-se uma cultura em que a Defesa Civil limitou-se a trabalhar apenas com foco em emergências. O que aconteceu na região serrana do Rio mostra que isso não pode continuar. Investiremos pesadamente na geração de dados confiáveis que possam alertar a população a tempo e com precisão; apoiaremos os Estados na identificação das áreas de risco; juntamente com os Municípios, realizaremos obras de prevenção; e ofereceremos aos moradores das áreas atingidas a possibilidade de novas habitações, através do programa Minha Casa, Minha Vida.

Este Governo está aberto às senhoras e senhores parlamentares, governadores e prefeitos para, juntos, montarmos um arcabouço das responsabilidades e compromissos de cada ente federativo, de forma a impedir que o drama provocado pelas chuvas se repita com tamanha intensidade.

A educação será uma das prioridades centrais do nosso Governo. Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados para desenvolver atividades produtivas tecnologicamente sofisticadas e aptos a conduzir o País aos plenos benefícios da sociedade da tecnologia e do conhecimento.



Hoje, milhares de jovens afrodescendentes, indígenas e das periferias são os primeiros de suas famílias a conquistar um diploma universitário.

O ensino técnico federal está cada vez mais acessível em todo o País. A universalização do ensino fundamental, alcançada nas últimas duas décadas, coloca-nos o desafio de melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio. Para isso, vamos dar decidido apoio aos Municípios na tarefa de ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além da expansão da rede de escolas técnicas e do aumento do investimento público, vamos estender a bem-sucedida experiência do PROUNI à educação profissional e técnica de nível médio, oferecendo milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade. De forma a que todas essas diretrizes sejam viabilizadas, é de fundamental importância a valorização do professor. Em parceria com Estados e Municípios, consolidaremos o processo de focalização do ensino na figura do professor, já iniciado com a criação do piso salarial.

A oferta de saúde pública de qualidade, por meio da consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, terá primazia no nosso mandato. O SUS deve ter como foco o atendimento efetivo das necessidades dos usuários, oferecendo os melhores instrumentos de diagnóstico e tratamento, tornando os medicamentos acessíveis a todos e fortalecendo as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Para esse fim, serão considerados três pilares: financiamento adequado e estável para o SUS; valorização das práticas preventivas; e organização dos vários níveis de atenção aos usuários, garantindo atendimento básico e ambulatorial nas unidades de Saúde e nas Unidades de Pronto Atendimento – as UPAs.

Em relação às UPAs, destaco que será de fundamental importância a parceria da União com os Estados e Municípios. A meta de implantação de 500 UPAs para garantir atendimento médico adequado a urgências de baixa e média complexidade e reduzir a superlotação das emergências dos grandes hospitais será alcançada com o investimento de R\$ 2,6 bilhões.

Investiremos, ainda, R\$ 5,5 bilhões em mais de 8 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) destinadas a ampliar oferta da atenção básica e integral, criar infraestrutura de apoio às equipes de saúde da família e ofertar serviços de atendimento de rotina nas mais variadas áreas médicas.

Outro pilar das prioridades governamentais é a segurança. Reitero nosso compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e fragiliza as famílias. A ação integrada de todos os níveis de Governo, juntamente com a participação da sociedade, é o caminho para a redução da violência que tanto mal causa ao País.

Trabalharemos permanentemente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

Para esse fim, atuaremos diretamente por meio da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e, quando necessário, das Forças Armadas. Estimularemos e ampliaremos experiências exitosas, como a criação das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs –, no Estado do Rio de Janeiro, e promoveremos a ação coordenada das forças de segurança.

O avanço social tem que ser feito, necessariamente, por meio da valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade. Vamos investir em cultura, ampliando, em todas as regiões, a produção e o consumo de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.



As senhoras e os senhores não de concordar que são desafios gigantescos. Mas tenho a certeza de que são superáveis. Estou convencida disso porque tive o privilégio de participar ativamente dos anos de esforço e trabalho da equipe do presidente Lula, quando muitas metas consideradas excessivamente ousadas vieram a ser superadas e uma imensa mobilidade social se verificou em todas as regiões do Brasil.

Hoje, vivemos em um País que cresce a taxas sustentáveis e que mantém a produção e o mercado interno aquecidos, mesmo durante períodos turbulentos da economia mundial.

Mais do que isto: temos no futuro próximo a oportunidade única de transformar o Brasil, definitivamente, em uma nação economicamente desenvolvida e socialmente justa.

Retomamos com o Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC – a capacidade de planejar a longo prazo e de levar adiante gigantescas obras de infraestrutura, que transformam nossa geografia e nossa economia. A determinação do Governo em induzir o crescimento do País será aprofundada, já em 2011, com a consolidação do PAC 2 e da segunda fase do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No PAC 2 estão programados para o período 2011-2014 investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 955 bilhões, sendo R\$ 48,4 bilhões em rodovias; R\$ 43,9 bilhões em ferrovias; R\$ 40,6 bilhões em água, recursos hídricos e Luz para Todos; R\$ 57,1 bilhões em saneamento, pavimentação e mobilidade urbana e prevenção em áreas de risco, R\$ 461,6 bilhões em energia (dos quais R\$ 281,9 bilhões em petróleo e gás natural, R\$ 113,7 bilhões em geração e R\$ 26,6 bilhões em transmissão de energia elétrica) e R\$ 23 bilhões em equipamentos urbanos e sociais nas áreas de saúde, segurança, creches, pré-escolas e esportes. No Programa Minha Casa, Minha Vida está prevista a construção de 2 milhões de novas habitações, até 2014, envolvendo investimento de R\$ 278,2 bilhões.

Os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão planejados e articulados com vistas a assegurar benefícios permanentes de qualidade de vida para os cidadãos. Com suas sedes localizadas em Estados onde moram mais de dois terços da população, a Copa do Mundo servirá de vetor para a entrega à população de centenas de obras de infraestrutura urbana e de logística. Sobre esse último item, chamo a atenção para as nossas diretrizes na área de aviação civil. Temos urgência em ampliar e melhorar nossos aeroportos e beneficiar parcelas cada vez mais amplas da população que passam a ter acesso ao transporte aéreo.

O Pré-Sal, nosso passaporte para o futuro, é em si mesmo fruto do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Articulado com políticas para o avanço científico e social e acompanhado por medidas de cuidado ambiental, o Pré-Sal será importante fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

Conforme determina o seu marco regulatório, aprovado em 2010 por este Congresso Nacional, as riquezas produzidas pelo Pré-Sal serão convertidas, através do Fundo Social, em poupança de longo prazo, de modo a propiciar recursos para o desenvolvimento sustentável. Os recursos oriundos do Pré-Sal serão canalizados para a qualidade dos serviços públicos, a redução da pobreza e a valorização do meio ambiente. Trabalharei sem descanso para que a principal parcela das riquezas do Pré-Sal seja investida na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro por longo período.

A oportunidade que pela primeira vez se coloca para o Brasil de se tornar uma nação desenvolvida não pode ser desperdiçada. O nosso Governo está comprometido com um projeto de desenvolvimento associado à preservação das reservas naturais e à manutenção da matriz energética mais limpa do mundo. Por meio da Política Nacional de Mudanças Climáticas, aprovada por esta Casa,



o Brasil definiu, voluntariamente, uma meta de 36% a 39% de corte das emissões de gases de efeito estufa até 2020, demonstrando que fará sua parte para combater o problema da mudança do clima. Continuaremos, nesse contexto, a incentivar o etanol e o biodiesel e as fontes de energia hídricas, bem como fontes alternativas como a biomassa, a eólica e a solar.

O crescimento da infraestrutura e da produção industrial e agropecuária ocorrerá em sintonia com a preservação ambiental. Desde 2003, o Brasil reduziu os índices de desmatamento na Amazônia em mais de 75%. Somos uma potência mundial da agroenergia. E ocupamos a vanguarda no combate aos graves efeitos das mudanças climáticas. Continuaremos mostrando ao mundo que é possível associar uma economia dinâmica e um forte crescimento com o respeito ao meio ambiente.

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. Nossa participação nas Forças da ONU – especialmente na Missão para a Estabilização do Haiti – é emblemática do nosso compromisso com a paz e a estabilidade democrática.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao da América do Sul. Se geografia é destino, como se diz na geopolítica, estamos muito felizes com o nosso destino. Juntamente com nossos vizinhos sul-americanos, poderemos transformar nossa região, que vemos como um espaço de paz e crescente cooperação, em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Nos fóruns multilaterais, defendemos com vigor políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o País da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos e contribuindo para a estabilidade financeira internacional.

Continuaremos defendendo a reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. É natural que um país como o nosso, que busca internamente ser cada vez mais justo, também sustente na esfera internacional a necessidade de democratização das relações entre os Estados. O desafio de consolidação de um mundo multipolar corresponde, no plano externo, ao projeto, essencialmente brasileiro, de proporcionar a todos o acesso às mesmas oportunidades.

As mudanças virtuosas vividas pelo Brasil formam um ambiente no qual é possível avançarmos ainda mais. E isso será feito a partir do diálogo e da criação de consensos com toda a sociedade brasileira e suas entidades representativas, contexto em que se destacam as senhoras e os senhores como representantes eleitos pelo povo.

Trabalharemos em conjunto com esta Casa para a retomada da agenda da reforma política. São necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo mais transparência ao conjunto da atividade pública.

A reforma tributária é também tema essencial, a fim de que o sistema tributário seja simplificado, racionalizado e modernizado, apontando para uma base de arrecadação mais ampla e com a desoneração de atividades indutoras do crescimento, em especial dos investimentos, assim como dos bens de consumo popular.

Promoveremos a melhoria da qualidade do gasto público, de modo a preservar o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. Isso não se fará sem grandes esforços e sem a imprescindível colaboração do Congresso Nacional. A qualidade da despesa pública deve representar nosso compromisso com o presente e o futuro do País, com as atuais e futuras gerações.



Durante os últimos oito anos, na condição de Ministra de Estado das Minas e Energia e, posteriormente, como Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, tive a feliz oportunidade de estabelecer as melhores relações de entendimento e coordenação com o Congresso Nacional. Agora, como presidenta, quero reiterar minha determinação e desejo de estreitar esses laços.

Tendo por meta os superiores interesses do País, que unem a todos os brasileiros, conclamo novamente as senhoras e os senhores a uma parceria em favor do Brasil. Uma parceria em favor da democracia, da erradicação da miséria, do desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Tendo sempre presente o respeito à autonomia e independência dos Poderes e ao princípio federativo, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, bem como com a parceria de governadores e prefeitos, para continuarmos a desenvolver nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil



